

UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA ÉTICA SÓCIO-AMBIENTAL MÍNIMA - AONDE CHEGAREMOS COM NOSSO (DES)CAMINHO ?

*A reflection about the construction of minimum social and ethical environment –
where are we moving to if we go on this way?*

*Jara Fontoura da Silveira **
*Alexandre de Gusmão Pedrini ***
*Marcelo L. Pelizzoli ****

RESUMO: O presente artigo compõem-se de duas partes, produzido por três autores que dão aqui algumas “pinceladas” em torno de tema crucial para a Educação hoje. No fundo, o comprometimento é com o resgate e a manutenção da teia da VIDA, onde está em jogo de modo especial a vida humana. Por conseguinte, pretende-se apresentar algumas reflexões de forma crítica mas construtiva, em torno da construção da Ética ambiental em vista da sustentabilidade sócio-ambiental, tomando-se como base alguns autores chaves na temática.

PALAVRAS-CHAVE: Teia da vida; ética-sócio-ambiental; educação ambiental e eco-alfabetizado.

Teorias e ações elos de retroalimentação da Teia da Vida

“Palavras e teorias é até possível escamotear, mas não o meio ambiente, e muito menos a pessoa humana como tal” (A emergência do paradigma ecológico - M.L. Pelizzoli)

A humanidade, como um todo social, está sendo solicitada de diversas maneiras a colocar em prática de forma sistematizada e criativa seus saberes em favor da vida dos seres que habitam o planeta, na medida em que, de forma simultânea, efetive garantir a sustentação equilibrada do próprio ambiente da mãe Terra. Para tal, todos nós estamos sendo chamados, não importando o grau de instrução a repensar nossas ações e teorias e a nos posicionar a favor da vida ou contra ela. Nossos políticos diariamente criam novas leis e parece-nos que pouco nos tem ajudado legislação tão ampla.

No dicionário Aurélio, a palavra LEI significa: 1 - Regra de Direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para se manter a ordem e o progresso numa comunidade; 2 - Norma(s) elaborada(s) e votada(s) pelo poder legislativo; 3 - Obrigação imposta pela consciência e pela sociedade; 4 - Norma, regra.

Como se pode observar, no próprio significado da palavra LEI está implícito que, através dela, se pode manter e fomentar a ordem e o desenvolvimento de uma comunidade.

Analisando a Constituição brasileira, constata-se que, baseados no “estado de direito”, a Lei e os Decretos garantem as liberdades, os direitos e os deveres do cidadão. A lei consegue

* Pedagoga, Mestra em Educação Ambiental pela FURG e Profª da UCPel, RS.

** Biólogo, Doutorando em Ciência da Informação pela UFRJ e Prof. da UERJ.

*** Secretário dos Amigos da Terra do Brasil e Doutorando em Filosofia na PUCRS.

realmente assegurar o direito dos seres humanos ? Será que as pessoas ainda confundem lei com direito?

“Não podemos cair na tentação fácil, que atinge grande parte dos juristas, de confundir direito com lei. Assim, a luta jurídica não se restringe à simples procura de mudanças de leis, como se as leis modificassem o mundo. As leis não o modificam. É o mundo que modifica as leis. São as lutas sociais que instauram novos fundamentos e criam novas práticas sociais” (Aguiar, 1998).

Porém, embora as Leis existam e a Constituição, por sua vez, assegure os direitos do cidadão, sabe-se que a realidade é definida de maneira bem turva e pouco favorável ao efetivo exercício da democracia.

Democracia tradicionalmente nada mais é do que o poder do povo sobre o povo e para o povo. Vindo do povo e respeitando os direitos e a liberdade de todo o cidadão, repousando sobre quatro pilares está o poder de democratização:

- a participação na gestão da coisa pública;
- o direito e a obrigação de fazer política - votar e ser votado, e suas conseqüências;
- a igualdade em dignidade e em direitos de todas as pessoas (homens, mulheres e crianças);
- a liberdade para toda pessoa e o senso do bem ou a justiça distributiva.

Numa Democracia deve valer sempre o voto da maioria como expressão dessa maioria. Atualmente, além do problema de uma enorme legislação que poucos conhecem e poucos cumprem de fato, ainda contamos com a preocupação da própria abrangência dessas leis e seus intrincados escaninhos e peculiaridades:

“Hoje, o direito enfrenta um desafio radical. Suas normas nacionais e internacionais raramente conseguem dar conta da planetarização dos problemas. Os problemas não se dão mais tão somente entre nações e organismos transnacionais. Atingem a espécie humana como um todo e a biosfera do planeta Terra. Para dar conta dessa nova ordem de problemas, o direito tem, também, de se planetarizar” (Aguiar, 1998).

Cientistas, teóricos, políticos, filósofos, sociólogos, educadores, advogados, médicos, religiosos, todos tentam constantemente buscar explicações e alternativas para os problemas que a humanidade está vivenciando nesse final de século e no limiar do nascimento do novo século e milênio. Que caminho seguir ? Aonde encontraremos as respostas para tantos problemas?

Após alguns questionamentos e a análise singela dos complexos caminhos que a lei percorre até chegar ao cidadão, propomo-nos a analisar, de forma reflexiva, o descaminho que tomamos em relação ao Meio Ambiente e as conseqüências desse caminhar desequilibrado. A releitura sobre a qual nos debruçaremos nesse primeiro momento dirá do impasse por que passa a humanidade, pois o ser humano tem sobrevivido dentro de uma grande crise em conseqüência dos problemas sócio-ambientais que ele, consciente ou inconscientemente, criou e continua a criar. Entretanto, observando bem a fundo a questão e de uma forma radical, descobre-se que o mesmo ser humano agente é também paciente.

Desejemos ou não, somos todos responsáveis pelo que está acontecendo ao nosso redor e até mesmo longe de nós. O problema agora não é só combater os estragos e sim, ter medidas preventivas e, ao mesmo tempo, construir uma consciência sócio-ambiental para que as pessoas alcancem uma releitura do mundo, enquanto do pequeno Planeta... É mister entender que, em nome de nossas falsas necessidades, estamos explorando, exageradamente,

as nossas reservas naturais; e estas, ao se esgotarem, com certeza tornar-nos-ão seres dos restos, e assim não haverá mais o que explorar no planeta, restando somente o resto dos restos.

Poderíamos dizer que o planeta Terra está ansioso por mudanças, pois os problemas sócio-ambientais estão se agravando a cada minuto. Como vemos na obra *Educação Ambiental*, de Paula Brugger, como apenas um exemplo: “As florestas tropicais, berço de pelo menos metade das espécies animais e vegetais do planeta, vêm sendo destruídas a uma taxa equivalente a um campo de futebol por minuto” (Brugger, 1994). Mas mais correto seria dizer que a questão é em primeiro lugar a da vida humana na Terra. E são os seres humanos que estão impedindo a possibilidade de perpetuar-se a própria espécie. A fome, a miséria, as doenças, o desemprego, as guerras, as catástrofes de modo geral são gritos constantes em nossos ouvidos e alma. Isto acima de tudo é do que se trata quando se fala em problemas ambientais, ou melhor, *sócio-ambientais*.

Segundo o professor Alexandre Pedrini: “Para reversão desta situação, o homem percebeu a necessidade de repensar seu modelo estratégico de crescimento econômico e desenvolvimento social. Ao fazê-lo decidiu criar meios para reverter a exploração não planejada de seus recursos ambientais. O homem criou leis que previam multas e privação da liberdade. Mas estas medidas não foram suficientes e decidiu associar o processo educativo para conceber estrategicamente sua sociedade”(Pedrini, 1998).

Certamente, está em jogo a questão humana - sociedade - de modo que não se trata de requer um mero retorno a um estado biocêntrico, o que não nos impede de apontar os males da autonomia objetificadora do antropocentrismo do ocidente. O teólogo e professor L. BOFF, no seu livro: *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*, assim se posiciona sobre o tema: “A ética da sociedade dominante hoje é utilitarista e antropocêntrica. Considera o conjunto dos seres a serviço do ser humano que pode dispor deles a seu belo prazer, atendendo a seus desejos e preferências. Acredita também que o ser humano, homem e mulher, é a coroa do processo evolutivo e o centro do universo. Ético seria desenvolver sentido do limite dos desejos humanos, porquanto estes levam facilmente a procurar a vantagem individual à custa da exploração de classes, subjugação de povos e opressão de sexos” (Boff, 1995).

O ser humano é, principalmente, um ser de comunicação e de responsabilidade. Entretanto, estas só se efetivam quando questionam o TER e o PODER individual. Infelizmente a nossa geração tornou-se muito egocêntrica. Seu campo de visão é muito direcionada para o próprio EU. Por isso, retomando o pensamento de Boff em sua obra supracitada, é coerente dizer:

“Então ético seria também potenciar a solidariedade generacional no sentido de respeitar o futuro daqueles que ainda não nasceram. E por fim ético seria reconhecer o caráter de autonomia relativa dos seres; eles também têm direito de continuar a existir e a coexistir conosco e com os outros seres, já que existem antes de nós e por milhões de anos sem nós. Numa palavra, eles têm direito ao presente e ao futuro” (Boff, 1995).

Vários educadores, sociólogos, filósofos, escritores de renome mundial têm dito que este é o momento para fomentar-se a “criação” de um Sujeito Ético com potencial para a reversão desse quadro. Agora, mais do que nunca, a Educação precisa ser pensada para promover “essa criação”. Acreditamos que, uma vez criado e promovido de forma construtiva” em termos de princípios sólidos, o Sujeito Ético é capaz de romper com a “domesticação” - a “domesticação mistificadora” - e a estagnação em que se encontra, atualmente, a Educação. Como diz J. B. Libânio: “...podemos querer as mudanças. Para isso temos que criar situações de novas experiências para que as pessoas levantem suspeitas sobre o antigo e assumam o novo...” (Libânio, 1985).

Se tudo o que tivemos até agora através da Educação, da Política e da Ciência, não nos ajudou a encontrar respostas, urge repensar: Por que ainda não estamos contribuindo com nossos inúmeros saberes a favor da vida? A quem interessa que tal não se faça?

O povo em geral encontra-se cada vez mais oprimido, em estado de “convivência” obrigatória e anomia em vista das Políticas: Educacional, Pública, Econômica.. Esse contexto contribui para que a inércia humana se instale e seja reforçada por um “círculo ideológico”, círculo esse que não possibilita o despertar do indivíduo para o “Diferente”, para o outro real e a realidade não virtual. Esse despertar só será possível quando as pessoas conseguirem levantar suspeitas sobre a sua práxis e a sua teoria, e sobre a inter-relação entre elas.

“Por isso, um ponto importante é tomar consciência da própria existência do círculo ideológico. Todos nós vivemos dentro de círculos. Temos uma práxis com sua conseqüente teoria justificante e reforçante, com tendência a permanecermos nela”(Libânio, 1985).

Na verdade, esse círculo nos impede de fazer uma análise crítica da transição histórica do nosso próprio existir. Essa transição, através dos anos, tem nos mostrado - *onde estamos e onde estaremos* - daqui a alguns anos, dependendo apenas de nossa ação sobre a realidade presente e em vista do futuro. As coisas não acontecem do nada, a história mesma é um retrato fiel dessa afirmação. As pessoas estão num processo destrutivo de tal porte que o OUTRO que nos é dado a preservar, simplesmente está sendo, *pretensamente*, sufocado. Se de um lado estamos nos tornando pessoas “frias”, desumanas, vazias, robotizadas pelo Sistema, de outro estamos fartos e estressados deste modelo civilizatório, desta organização social determinada pela organização econômica do Capitalismo. Se é que se pode falar de situação “anti-natural”, o é justamente aquilo que é contra a “corrente da natureza”, contra a sustentabilidade mínima da vida, e que, de alguma forma, não permanece. É neste sentido que vivemos uma transição, com suas dores e expectativas do Novo, refletida pela palavra *crisis*, que traz em seu bojo a esperança de um novo paradigma, agora libertador e ético:

“É necessário insistir nesse momento negativo de ruptura - ruptura da identidade ontologicamente e epistemologicamente - que equivale, em nossos dias, à ruptura da modernidade e seus fetiches. E insistir na positividade, na moralidade, na não violência e urgência da vergonha como categoria revolucionária; inclusive social, econômica e politicamente. Não como sintoma de doença solitária, mas como ruptura do círculo da totalidade dominante, e sintoma da presença da alteridade; da transcendência. É primeiro movimento de abertura ao infinito que se apresenta de face. Não é uma grosseira limitação policesca à permissividade. É começo de inversão, doloroso mas libertador, da permissividade em responsabilidade diante do outro...” (Guareschi, 1989).

Entendendo o Meio Ambiente não como sendo apenas o que rodeia fisicamente o homem, mas tudo o que diz respeito ao indivíduo, como grupo, tanto natural como construído, englobando o ecológico, o urbano, o rural, o cultural e mesmo o psicológico; percebemos que são os interesses dos seres humanos que estão numa rota de colisão. As atividades humanas infligem severos danos, muitas vezes irreversíveis, ao Meio Ambiente e aos próprios seres humanos. No livro *O futuro roubado* os escritores Theo Collborn, Dianne Dumanoski e John Peterson Myers assim se expressam em relação ‘as nossas ações dentro dos ecossistemas da terra:

“Na luta pela sobrevivência, todas as criaturas inevitavelmente transformam o que está em seu entorno. Faz parte da mecânica da vida. Assim tem sido desde que os microorganismos começaram a mudar a aparência química da atmosfera terrestre, há mais ou menos dois bilhões de anos. Também foi assim com os seres humanos. Caçamos, coletamos frutas, derrubamos florestas, drenamos banhados, fizemos plantações, represamos rios,

erguemos cidades, sujamos riachos, construímos fábricas e arremessamos estradas de ferro através de planícies desoladas. Mas, durante a maior parte dos milhões de anos desde que o ser humano vaga pelo planeta, o impacto foi discreto. (...) Hoje isso mudou. O século XX é um divisor de águas na relação entre o ser humano e a Terra. O poder formidável e sem precedentes da ciência e da tecnologia, combinado ao número de pessoas que vivem sobre o planeta, transformaram a escala do nosso impacto de localizado e regional para global. Com essa transformação, passamos a mexer nos sistemas fundamentais que sustentam a vida. Tais alterações equivalem a um grande experimento global - em que tanto a humanidade como todos os outros seres vivos da Terra passaram a ser cobaias involuntárias. Os agentes químicos sintéticos exercem uma força fundamental nessas transformações. A criação e a libertação de bilhões de quilos destes agentes químicos no ambiente, durante a última metade do século, provocaram mudanças profundas tanto na atmosfera da Terra como na química do nosso próprio corpo” (Colborn *et al*, 1997).

É preciso que tomemos muito cuidado, pois nossos hábitos, valores e atitudes estão colocando em perigo o futuro da vida planetária. Segundo Capra, o ser humano precisa “reconectar-se com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras. Para realizar essa tarefa, podemos aprender valiosas lições extraídas do estudo de ecossistemas, que são comunidades sustentáveis de plantas, de animais, e de microorganismos. Para compreender essas lições, precisamos aprender os princípios básicos da ecologia. Precisamos nos tornar, por assim dizer, ecologicamente alfabetizados. Ser ecologicamente alfabetizado, ou ‘eco-alfabetizado’, significa entender os princípios de organização das comunidades educativas, comerciais e políticas - de modo que os princípios da ecologia se manifestem nelas como princípios da educação, da administração e de política. (...) São estes, então alguns dos princípios básicos da ecologia - interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade, diversidade e como consequência de todos estes, sustentabilidade. A medida que o nosso século se aproxima de um novo milênio, a sobrevivência da humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica, da nossa capacidade para entender esses princípios da ecologia e viver em conformidade com eles” (Capra, 1996).

Precisamos urgente dessa alfabetização e apreender e vivenciar de fato a tão antiga lição deixada pelos nossos primeiros irmãos índios, a teia da interdependência entre todas as formas de vida do nosso planeta. Temos que erradicar a idéia fixa de que devemos ser superiores aos outros e que podemos dominar sem distinção tudo o que quisermos. A dominação da classe burguesa sobre os proletários, como diz Gramsci (ou como diz Levinas: do “Mesmo” sobre o “Outro”), de quem decide sobre quem é decidido - expresso de forma mais geral -, é reproduziu-se em todos os níveis humanos, também no educacional. É Gramsci que demonstra que muitas vezes o sistema educacional assume o papel de desenvolver intelectuais “orgânicos” da classe burguesa, os quais se imiscuem nas classes populares para obter um contingente adicional de intelectuais que perpetuam a homogeneidade e autoconsciência do grupo dominante (Carnoy, 1984).

Todos os seguimentos da nossa sociedade, e em especial a própria Educação, têm a obrigação de fomentar a consciência ético-crítica pela generalização do princípio acima, para que o ser humano comece a construir o novo projeto de vida e rompa definitivamente com este círculo vicioso e pernicioso de acomodação. Tal projeto pressupõe um processo de desmascaramento das ideologias, obtendo-se, assim, um compromisso omisso político no sentido amplo, e assumindo uma responsabilidade social.

Por conseguinte, temos de observar analiticamente a realidade social e ter habilidade de refletir objetivamente sobre ela. A ligação entre uma consciência crítica e um compromisso ético é de suma importância para reconhecermos o enredamento em que nos encontramos e para que algum tipo de saída se anuncie no horizonte. Os impasses do desafio de continuar a busca para nossos questionamentos, muitas vezes, tornam-se difíceis e quase intransponíveis, devido ao fato de que estamos imersos no egoísmo capitalista, o mesmo que legitima a opressão e a desigualdade social e que se vale da visão compartimentalizada do conhecimento; enfim, é preciso tomar consciência de que estamos emaranhados em várias teias de ilusões ideológicas desde o nascimento até a morte.

Nossa reflexão encontra respaldo em Hélio Cyrino, quando em seu livro - *Ideologia hoje*, assim se expressa: “Desde a infância, adotamos opiniões, crenças e valores, que são transmitidos, sem que nos demos conta de tal processo de formação de nossa mentalidade” (Cyrino, 1987).

Diariamente somos levados a vivenciar tomadas de decisões frente às grandes e inúmeras questões sócio-ambientais. No momento em que as pessoas assumissem posturas realmente éticas, tais decisões não seriam tão difíceis, nem tão sofridas.

“Nas questões ambientais é preciso optar eticamente pela transformação. Saber que pessoal e juridicamente as pessoas que a isso se propõem estão comprometidas com a transformação e com a quebra de paradigmas sociais, produtivos e científicos” (Aguar, 1998).

É necessário, portanto, que a consciência ambiental seja construída e a florada em todo o cidadão, independente de sua raça, sexo, formação intelectual, classe social, posição administrativa... todos somos igualmente seres do universo. Dentro dessa ótica, o trabalho da Educação Ambiental é de suma importância na formação de um ser ético, comprometido com o outro, com o seu tempo, com o seu planeta. Através da Educação Ambiental, seja esta formal ou informal, desde a base educacional infantil, gradativamente e incessantemente, atingindo os outros segmentos tanto da sociedade como da área educacional, podemos dar a nossa contribuição para a construção necessária que este contexto social e de urgência planetária está a exigir.

A Educação Ambiental não só irá contribuir juntamente com outras interfaces de ligações da teia da sociedade, como nos ajudará a libertar-nos dos próprios pré-conceitos, e principalmente ajudará na construção da formação de pessoas ético-críticas, capazes de reconstruir os fios vivos que a própria humanidade - ou aquela parte da humanidade que tem nas mãos a humanidade - sufocou. Neste sentido, ela demanda igualmente o resgate da própria cidadania, enquanto conquista do processo de educação política. Reigota, em *O que é Educação Ambiental*, afirma que: “... a Educação Ambiental deve ser entendida como educação política no sentido que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e Ética nas relações sociais e com a natureza ” (Reigota, 1994).

Por fim, é preciso enfatizar a necessidade do choque ético, do encontro real com nossa realidade e com o outro como outro, como condição a priori de toda nossa teoria e prática; assim, apesar de todas as inúmeras viseiras que nos impediram e continuam a nos impedir de reler os diversos círculos ideológicos nos mais variados contextos, resta-nos a tarefa que é toda nossa, desde que se trata da questão da própria vida humana. Não podemos esquecer a maior lição que Paulo Freire nos deixou quando de suas conferências no estado do Rio Grande do Sul: “Somos seres de transformação e não de adaptação...” Por isso acreditamos

firmemente no poder da coletividade, na criatividade, na solidariedade, no amor, em Deus, na esperança-crítica, na força da Educação e do poder da transformação através do nosso ato de pensar e agir. E é com essa convicção que fazemos eco às palavras de Boff, Brecht e Sartre, que nos desafiam:

“Para essa viragem de padrão civilizatório é imprescindível uma nova experiência do Sagrado da criação, um encontro vivo com a Fonte originante de todo ser, Deus” (L. Boff)

Palavras de um General

General, teu tanque é um carro forte.

Ele derruba uma floresta e esmaga cem homens.

Tem, porém, um defeito:

Precisa de um motorista.

General, teu bombardeio é poderoso.

Voa mais depressa que a tempestade, carrega mais que um elefante.

Tem, porém, um defeito:

Precisa de um piloto.

General, o homem é muito útil.

Sabe voar, sabe matar.

Tem, porém, um defeito:

Ele sabe PENSAR.

(B. Brecht)

“Não importa o que fizeram comigo, mas sim o que nós fazemos com o que fizeram comigo”. (SARTRE)

Mas, a ética e a Educação Ambiental não se esgotam nos discursos. Vale a pena apresentar um aspecto utilitário de suas finalidades no contexto urbano, não sem antes, fazer novos comentários conceituais.

Lendo Ladrière (1985:13), pode-se tentar definir ética pelo que ela trata. O faz pelo seu principal ator: o homem, supondo-o mutável e corruptível. Aponta a ética como um conjunto de virtudes que traçam um provisório destino a “esta existência ou como norma de moralidade inerente à sua própria constituição ontológica”. Apresenta várias condições para se instalar os princípios éticos, sem, no entanto, delimitá-los. Ao relacionar a ética com a natureza aponta que há dois modos de se conceber uma ética filosófica. Um deles –um esforço- tenciona determinar o conteúdo da dimensão ética da existência, sob a forma de princípios de conduta.

Assim, sendo o homem inconstante e venal faz com que a ética ou moral, sinônimos semanticamente, se torne um princípio e fim a nortear uma ação que vise a que o homem tenha uma conduta ética que não lhe é naturalmente peculiar.

Há na literatura dezenas de ensaios, na década de noventa, tratando da ética e da necessidade de sua aplicação no pensamento ambiental contemporâneo (Veiga-Neto, 1994; Eigenheer, 1997; Assis, 1999).

Mas, há trabalhos mais específicos tratando da ética e a EA. A ética na EA tem sido bastante abordada nesta década, por exemplo, com os trabalhos de autores brasileiros (Grün, 1994; Silveira, 1997; Siqueira, 1997; Carvalho, 1998; Thomaz, 1998; Vasconcellos, 1998).

Estes autores, olham para a questão sob variados prismas, porém todos convergindo para a necessidade da construção de uma base comum de ação fundamentada numa moral calcada na retidão humana, visando o alcance de atitudes e valores benéficas à humanidade, pela EA.

Dentre estes vale ressaltar dois autores aparentemente antagônicos face a sua formação, o primeiro filósofo e o segundo biólogo, respectivamente: Grün (1994) e Siqueira (1997). Grün (1994) defende que a EA em prática está emalhada no discurso cartesiano e fragmentado desta opção pedagógica. Entende que as questões ambientais estão mais atreladas ao campo educativo que ao campo de direitos, já que aquisição de valores é uma questão educativa. Tanto que o campo de direitos tem sido efetivo para a dignidade humana, mas não para as questões ambientais. Para ele, o conceito de direito não tem sido contemplado para os rios, flores, solos, formigas, pois ele é inapropriado. Não há direitos no mundo natural. O direito é só de humanos. O colapso se dá porque natureza não é cultura, segundo seu referencial teórico. Daí, é que surge a ética ambiental, celebrando-se na fusão do agente moral com a natureza. Para o autor, a EA se insurge no encontro entre os valores de conservação das comunidades bióticas e abióticas e os valores sociais derivados destes valores. Assim, sugere que seja construída uma nova visão de mundo em que se estabeleçam direitos para a natureza, calcada numa ética que a suporte.

Siqueira (1997), como biólogo-botânico e padre católico, menciona a dificuldade em se compor a tríade meio ambiente, espiritualidade e sociedade nos meios não intelectualizados de nosso contexto. Porém, mais importante que isto são as três questões postas por ele para a construção de uma ética ambiental salutar. A primeira se refere a como se estabelecer condutas éticas, quer dizer, aquelas normativas que “amarrem” integradamente modelos educativos fragmentados. O segundo questionamento é indagado como interagir, sob o ponto de vista ético, pretensões normativas, sociais e globais com as concepções desinteressadas do homem. O terceiro questionamento trata de como desfazer o abismo entre as defesas manifestativas e as práticas contraditórias cotidianas.

Apesar das tentativas de se criar uma EA como foi a naturalista educação conservacionista (Brügger, 1994) ela só foi formalizada no seu contexto social na Declaração da Conferência de Estocolmo, segundo Pedrini (1998). As principais codificações da EA da UNESCO (1988, 1989, 1993), sintetizaram o conceito, princípios, objetivos, técnicas e fins da EA. Estes pregam a EA como a instrução integrada e interdisciplinar como meio de se mudar hábitos, condutas e posturas, enfim a cultura humana para uma nova visão de mundo viável. Nestes postulados a ética perpassa todo o discurso técnico, embora hajam controvérsias. Uma delas será exemplificada no contexto brasileiro por Carvalho (1998).

Carvalho (1998) propõe a criação de um código de ética do educador ambiental, pois ele põe em dúvida se os educadores ambientais são éticos nas suas práticas. Considera que a ética é um norte indispensável nas propostas de EA. Aponta que há dois estados de ética, envolvendo a EA. Uma seria a ética da EA. Esta teria como objetivo central que a EA pretendia disseminar a devolução ao homem sua condição de membro da vida e participe ativo da teia de interrelações do ecossistema do qual é parte. E sendo a EA uma proposta de modificação de valores e posturas interiores há uma moral íntima para ser dirigida a um público-alvo. Conclui que esta ética deve ser implementada a partir de um honesto e amplo trabalho de EA, possibilitando que cada cidadão tenha sua bússola moral para a interação do homem com o seu meio. Já, a ética na EA é aquela em que já está implícita nos seus objetivos praticados nas ações/projetos. Nestes, já está a seu serviço uma ética integradora, pois se inicia desde o diagnóstico sócio-ambiental contextual em que as demandas locais são consideradas como referenciais para a aplicação do projeto desde o seu planejamento

participativo até a conclusão das atividades. Assim, o autor entende que a elaboração de um código de ética para a EA é fundamental para norteá-la e torná-la coerente com seus propósitos.

Apresentados sucintamente alguns pontos de vistas da questão ética na teoria e prática da EA pode-se aprofundar o debate, buscando mostrar como a ética pode ser aplicada. Esta pode ser a adoção de uma técnica instrucional avançada e sugerida pelas codificações de EA da UNESCO. Trata-se da resolução de problemas sócio-ambientais pelos educandos que pode ser feita por simulação de seu enfrentamento.

A Resolução de Problemas Sócio-ambientais como técnica útil a ética em EA.

A resolução de problemas sócio-ambientais pode ser adotada pela simulação de uma audiência pública (AP), por exemplo, onde a população afetada por um empreendimento impactante negativamente, pode mudar o rumo do projeto impactador. A AP é um recurso usado pela população afetada pelo empreendimento para fazer valer seus princípios éticos. Esta técnica, a de enfrentamento simulado da resolução de problemas ambientais, é uma técnica da EA fartamente comprovada nos referências teóricos baseados em práticas aprovadas pela UNESCO. Autores brasileiros têm se baseado nestes pressupostos para fazerem seus discursos e escritos como Reigota (1994) No entanto, há autores que adotam esta técnica, na realidade, como fim de práticas de EA. Neste caso, Layrargues (1997) questiona esta postulação, pois crê que a mudança na conduta de educandos pode se dar por conta própria do ator social, apresentando farta argumentação de embasamento. Mas, esta é uma afirmação teórica sem comprovação empírica.

O enfrentamento simulado para a solução de problemas ambientais tem sido utilizado, como técnica de sucesso, em trabalhos de EA comunitária como o trabalho de Pedrini & De-Paula (1998). A adoção de audiências públicas (AP) no processo de avaliação de impacto ambiental de empreendimentos danosos ao meio ambiente tem alcançado algumas vitórias. Gonçalves (1992) relatou que as AP realizadas no enfrentamento de problemas graves de devastação da Amazônia trouxe vários benefícios aos atores envolvidos. Podem ser ressaltados dois deles. O primeiro foi a aproximação entre pesquisadores e intelectuais com as lideranças populares das regiões amazônicas impactadas. O segundo a certeza de que as AP tem sido espaço privilegiado no aumento da consciência social e ecológica, promovendo integração na luta pelo desenvolvimento democrático, socialmente justo e ecologicamente equilibrado. Na prática, mostra sua força como instrumento social de defesa dos bens sócio-ambientais que não são mais encarados como bem exclusivo do dono da terra.

Assim, o enfrentamento de problemas sócio-ambientais como técnica ética em EA, utilizando simulações de AP pode contundentemente ser um dos modos mais factíveis de se promover a cidadania, tendo a EA como meio de alcançá-la.

Palavras finais: cuidar da Terra, cuidar do homem

Comumente - a partir dos graves fatos cotidianos inescapáveis - o senso comum da mídia vem “ensinado” as pessoas a lembrarem-se, entre outros temas, do tema do “cuidado com o meio ambiente”, ou “proteção da ecologia”, ou da “salvação da natureza”. Tal como

o esporte, a política, o lazer, a economia, difunde-se a “ecologia” como um novo agregado, quase uma moda, às questões principais da sociedade. Mas, num olhar um pouco mais esclarecido, você acha que este caminho é autêntico? Será que não se está com isto - neste nível midiático do “salvar a natureza”, onde se prega o proteger animaizinhos raros e árvores - ocultando o verdadeiro turbilhão de mudanças que se avizinham (para o bem ou para o mal, eis a nossa questão e tarefa!) em todas as sociedades do planeta? Eis, lamentavelmente, a verdade fáctica: encontrável ocultamente por sob a falsa aparência de felicidade do capitalismo que encarna as pessoas no poder e no dinheiro, ou na descartabilidade dos “fracassados”; encontrável em qualquer estatística sobre poluição, sobre doenças, sobre qualidade de vida, em qualquer lugar onde alguém te estende a mão a esmolar ou a assaltar para sobreviver.

O que queremos dizer? Chegou, há tempo, a hora chave, instante de decisão humana, demonstrado pela ecologia como luta geral e sócio-ambiental por uma sociedade ética, já há tempos. Ou seja, quando falamos em ecologia, dizendo “questão sócio-ambiental”, indicamos que tal momento histórico em sua premência mostrou o quanto o nosso modo de vida, o nosso modelo sócio-econômico tornou-se contraditório, autodestrutivo, mantido artificialmente e que ele não poderá de forma alguma continuar como está. Não é necessário apelar aos números catastróficos, mas apenas para o fato de que estamos num ponto de saturação. Será isto monstruoso e distante para mim, que estou aqui, preocupado já com “meus problemas”?

É preciso entender e se deixar sensibilizar pela Vida. Não há ecologia ou luta pelo meio ambiente prescindindo-se do assumir para si a decisão de ser humano (ou seja - além de egoísta - solidário, comunitário, necessitado do outro (como alteridade) interdependente do “meio natural”); assumir para si a tarefa de ser feliz com outros (“natureza” e pessoas), co-viver. Ou seja, a responsabilidade pelo estrago e pela reversão da questão social e ambiental (que são absolutamente inseparáveis) é toda minha, sua, e não “deles” (ecologistas, governo, empresários...) e nem “da gente” (ninguém).

Leonardo Boff, em seu último livro (*Cuidar da Terra*. Ed. Vozes, 1999), demonstra exemplarmente que a vida humana caracteriza-se pelo *cuidado*, e este cuidado compõe-se da gama de preocupações sobre si (“cuidado!” dizemos sempre). A pessoa humana é muito frágil, muitíssimo mais que a “natureza natural” (é por isso que é a nós mesmos que estamos salvando com a ecologia!). Não obstante, a realização humana dá-se apenas quando o cuidado de si, o egocentrismo normal, a afirmação e posse do Eu (com posses, poder) consegue ir além de si. Maturidade. Ou seja, o cuidado só realiza o humano quando cuida o OUTRO que si, o diferente que con-vive, os seres da natureza, o estranho. As pessoas precisam muito umas das outras, assim como precisam de qualidade de vida natural (muito verde, alimentação natural, evitar as poluições (inclusive culturais), lazer, prazer...); e nosso tempo de vida pessoal é muito curto para girarmos sobre nossa mesquinhez e ganância e não viver com a natureza e para o outro. O sentido maior do humano, na confluência conciliadora entre o ser para si mesmo e o ser para o outro, dá-se com o pensar o outro (“pôr pensos”: cuidar as feridas, tomar o outro à *cura de* mim, zelar por, *amar*...); não foi sempre grande preocupação humana preocuparmo-nos com nossos filhos, com as gerações seguintes?

As vezes nós, “amantes da natureza”, parecemos de fato românticos, utópicos, radicais ou longe das coisas do mundo. Porém, aceitando mesmo tais adjetivos na sua radicalidade mais radical (porque não há saída hoje senão a sócio-ambiental - que envolve a mobilização ética e política, isto para quem vê um pouco além do *conservar* (conservador o próprio nariz!), cansa-nos o papel de profetas, cansa-nos a alienação, cansa-nos o estresse crescente, cansa-nos a falsidade das elites, cansa-nos ter que dizer “eu não falei?”, cansa-nos ver a ignorância

dos que têm inteligência mas não querem ver, dos que se dizem homens mas não sabem amar, dos que dizem “a natureza pode morrer” mas não tomam sobre si o cuidado por..., o responder por..., o politizar com, o educar (se) ou mesmo o respeitar.... Lamentavelmente, às vezes, cansa jogar “pérolas aos porcos”.

Neste sentido, o “cuidado pela natureza”, tem raízes muito profundas, evocando o cuidado consigo mesmo e o cuidado com os outros (excluídos, novas gerações...). Isto é o meio ambiente, lugar exterior e interior, onde a vida humana e a natural confluem; instante único e novo da decisão onde se encontram as gerações, onde se resgatam dívidas passadas e se esteiam destinos futuros. Cuidar pelo meio ambiente, questão sócio-ambiental, é ajudar a construir vida ou então morte, é dar do sentido humano o mais profundo `as tarefas de cada um, é fazer a tua grande ou pequenina parte, mas sempre a mais nobre e a melhor de ti mesmo.

ABSTRACT: This paper, presented in two parts, is written by three authors who present some ideas concerning a crucial aspect for the current educational system. The article's main concern is related to the rescue and maintenance of the web of life, where the human life takes a special part. Afterwards, it's also our intention to go through some reflections in a critical but also constructive way about the environmental ethics construction having in mind the social and ethical basis based on key authors of this theme.

KEY-WORDS: Web of life; social environment ethic; environment education and ecologic lettering.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Brasília: Edições IBAMA, 1998.
- ASSIS, J. C. *Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CREA, 1999. 72 p.
- BOFF, Leonardo. *Ética da Vida*. Brasília: Letraviva, 1999.
- _____. *Ecologia, grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Cuidar da Terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BRUGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARNOY, Martim. *Educação, Economia e Estado*. São Paulo: Cortez, 1994.
- CARVALHO, V. S. de. A ética na Educação Ambiental e a ética da Educação Ambiental. In: MATA, S.F., GAVAZZA, S., ALMEIDA, M.C. M. & OTTONI, A.A B. (Orgs.) *Educação Ambiental; desafio do século: um apelo ético*. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998. p.52-60.
- CYRINO, Hélio et ali. *Ideologia Paulo*. Papyrus, 1987.
- COLBORN, Theo, DUMANOSKI, Dianne e MYERS, Jonh Peterson. *O Futuro Roubado*. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- EIGENHEER, E. *Ética e meio ambiente*. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1997. Rio de Janeiro. Anais. p. 100-102.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, Paulo. *A sombra desta Mangueira*. S. Paulo: Olho d Água, 1995.
- GONÇALVES, C.W.P. Audiências Públicas: sociedade civil faz justiça através do direito. In : ACSELRAD, H. (Org.) *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. p. 43-52.
- GRÜN, M. *Uma discussão sobre valores éticos em educação ambiental*. Educação & Realidade, v.19, n.2, p.171-196.

- GUARESCHI, Pedrinho & SUSIN, Luis Carlos. *Consciência Moral Emergente*. S. Paulo: Santuário, 1989.
- LADRIÈRE, J. *Ética e pensamento científico*. Rio de Janeiro: Letras & Letras, 1985. 152 p.
- LAYRARGUES, P. P. Resolução de problemas Ambientais : tema gerador ou atividade-fim da Educação Ambiental? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1997, Rio de Janeiro. *Anais*. p.114-118.
- LIBÂNIO, João Batista. *Formação da consciência crítica*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PEDRINI, A de G. Trajetórias em Educação Ambiental. In : PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.) *Reflexões e Práticas Contemporâneas*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 34-87.
- PEDRINI, A de G. & DE-PAULA, J. C. de. Críticas e Propostas. In : PEDRINI, A de G. (Org.) *Educação ambiental : reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.88-145.
- PELIZZOLI, Marcelo L. *A emergência do paradigma ecológico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- REIGOTA, Marcos *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVEIRA, D. L. da. A ética socio-ambiental como questão prática. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1997, Rio de Janeiro. *Anais*. p. 130-134.
- SILVEIRA, J. F. da. *Educação Infantil e Subjetividade Ética*; um estudo sobre a constituição da subjetividade ética na educação infantil, com especial ênfase na problemática socio-ambiental. Brasília. IBAMA, 1997. 76p.
- SIQUEIRA, J. C. da. Questões da Ética Ambiental. Simpósio Brasileiro de Educação Ambiental, 12 a 14 de novembro de 1997, Rio de Janeiro, *Anais*, p. 72-80.
- THOMAZ, S. B. Ética, ambientalismo e educação em termos pós-modernos : relato de uma pesquisa etnográfica numa escola fundamental. In : MATA, S.F., GAVAZZA, S., ALMEIDA, M.C. M. & OTTONI, A B. (Orgs.) *Educação Ambiental; desafio do século: um apelo ético*. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998. p.188-193.
- UNESCO/UNEP. Estrategia Internacional de acción en materia de educación y formación ambientales para el Decenio de 1990. Unesco/Unep Congress, Paris/Nairobi, 1988. 24 p.
- UNESCO/UNEP. Evaluating Environmental Education in Schools; a practical guide for teachers. *Environmental Education Series*. n. 12, p. 1-106, 1989.
- UNESCO. *Le Programme International D'Éducation Relative à L'Énvironnement*. Paris: PNUD/UNESCO, 1993. 40 p.
- VASCONCELLOS, H. S. R. A ética na educação ambiental escolar. In : MATA, S.F., GAVAZZA, S., ALMEIDA, M.C. M. & OTTONI, A B. (Orgs.) *Educação Ambiental; desafio do século: um apelo ético*. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998, p. 194-197.
- VEIGA-NETO, A J. Ciência, Ética e Educação Ambiental em um cenário pós- moderno. *Educação & Realidade*. v. 19, n. 2, p. 141-169, 1994.